

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Instituto Municipal de Previdência de São Jose do Rio Pardo.

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete às dezenove horas e trinta minutos, na sede do Instituto Municipal de Previdência, localizado à rua Tarquinio Cobra Olyntho, nº69 na Vila Pereira, nesta cidade de São José do Rio Pardo, reuniu-se ordinariamente o Conselho Administrativo sob a presidência do Sr Mario Aparecido Gusmão, estando presentes os seguintes conselheiros: Dr. Alcides Tiezzi; Alexandra S. Esteves; Ana Alice De Marque; Antonio Carlos Jardim; Carlos Henrique da Trindade; Cleonice Aparecida L. Callegari; Francisco Carlos de Oliveira; Hamilton Torres; Helio Escudero; Ione Carla de Andrade Barros; Jorge Aureliano Sanches; Luiz Roberto de Oliveira; Lílian do Carmo Molfi de Lima; Marcelo Donizeti Primini; Mario Aparecido Gusmão; Maria Cristina Silvério; Regina Marcia Braz Bocamino; Simone Maria de Rezende Bueno; Sônia Maria Vital Calsoni; Velmor Baldassim e Wanderley Aparecido Fernandes. Havendo número legal de participantes o sr presidente declarou aberta a reunião e apresentou a pauta do dia: 1-Análise dos Balancetes dos meses de novembro e dezembro de 2016 com parecer do Conselho Fiscal: 2-Apreciação do 4º relatório trimestral da Carteira de Investimentos do ano de 2016: 3-Situação de débitos previdenciários da Prefeitura Municipal, FEUC e DEC, junto ao IMP com posicionamento conforme descrito na ata da reunião anterior: 4- Avaliação a cada dois anos e deliberação de permanência ou não do Diretor Executivo do IMP, conforme art.30.º da Lei 4648/2016. 5- Vencimento do mandato de dois anos do Presidente e Vice Presidente do Conselho Administrativo permitindo as reconduções pelo mesmo período ou nova eleição conforme art.25, §3º da Lei 4648/2016. 6- Assuntos diversos. Em seguida o Sr Presidente convidou o contador do IMP o Sr Marco Antonio Ferreira para comentar sobre os referidos balancetes. O sr Marco Antonio confirmou as receitas do mês de novembro/2016 no valor de R\$ 1.291.126,44 e do mês de dezembro/2016 no valor R\$ deR\$4.374.299,88 e as despesas de novembro/2016 no valor de R\$1.638.416,85 e do mês de dezembro/2016 no valor de R\$3.184.026,64 e os saldos bancários de novembro/2016 no valor de R\$177.960.239,40 e de dezembro/2016 no valor de R\$179.150.512,64, tendo os balancetes após análise ,aprovados por todos os conselheiros presentes. Em seguida o sr Marco Antonio comentou sobre os débitos Patronais em atraso da Prefeitura Municipal, FEUC e DEC a saber: Prefeitura Municipal contribuições em atraso de Dez/2015, 13º/15, jan/16, fev/16, mar/16, abr/16, mai/16, jun/16, jul/16, ago/16, set/16, out/16, nov/16, dez/16, 13º/16 no valor de R\$20.022.977,87 e recolhimentos parciais nos meses jan/16, mar/16 e abr/16 no valor de R\$1.480.327,22, restando um saldo devedor de R\$18.542.650,65 e a FEUC contribuições patronais competências out/15, nov/15, dez/15, 13º/15, jan/16, fev/16, mar/16, abr/16, mai/16, jun/16, jul/16, ago/16, set/16, out/16, nov/16, dez/16, 13º/16 no total de R\$1.030.419,92 e o DEC deve contribuições patronais de mar/16, abr/16, mai/16, jun/16, jul/16, ago/16, set/16, out/16, nov/16, dez/16, 13º/16 no total de R\$718.119,59, perfazendo um total geral PREF/FEU/DEC de R\$20.291.190,16. Para Informar sobre o posicionamento do IMP em relação aos débitos apresentados, foi convidado o dr. Ricardo Possebon, procurador jurídico do IMP, para explicar a situação

dos débitos acima mencionados. O Dr. Ricardo alegou que de acordo com a Lei, há necessidade de 180 dias de inadimplência, para a propositura da ação judicial e que já foram ajuizadas ações contra a PREF. DEC e FEUC, as mesmas já foram citados e que as ações caminham normalmente, que todas as contribuições que forem vencendo passa a integrar o débito nas ações, quando as mesmas forem sentenciadas, devem subir para o tribunal superior e somente após o trânsito em julgado da sentença é que inicia a execução, que provavelmente irá para precatório, se houver parcelamento as ações ficam suspensas até o final pagamento, se pagas extinguem as ações. Falou que o CRP da Prefeitura continua bloqueado por inadimplência impedindo-a de conseguir verbas e que a alíquota atuarial de 47,75% é impagável. Que o auxílio doença precisa ser revisto, pois o IMP não tem poder para controlar os pedido de auxílio doença e que o mesmo, deveria ser pago pela Prefeitura pois ela sim tem condições de barrar o auxílio doença através do exame admissional e da readaptação. Que há necessidade de estudos dentro da base do RH da PM sobre a insalubridade que hoje tem + ou - 584 inscritos e que pelo estudo atuarial vão se aposentar com 25 anos, ou seja, com dez anos a menos de contribuição para o IMP, está premissa no estudo atuarial nem sempre é verdadeira, pois nem todos os que tem insalubridade vão ter aposentadoria especial e que essas medidas vão controlar também o déficit atuarial. Em seguida o sr Maurilio, Presidente do IMP declarou que estava **aguardando o fechamento do mês, vencimento da dívida atual, para oficial o sr prefeito** municipal eleito, sobre o pagamento das dívidas ou apresentar contra proposta. Em seguida foi convidado o sr Eduardo de Paula Marin, Diretor Financeiro para apresentação do 4º Relatório trimestral da Carteira de Investimento dos meses de Outubro/Novembro/Dezembro do ano de 2016 para apreciação do Conselho Administrativo. O sr Eduardo apresentou gráficos mostrando o desempenho da Carteira de Investimentos no trimestre de 2016. A evolução do Patrimônio no Ano. Os tipos de Fundos de Investimentos e suas rentabilidades no trimestre, Investimentos por fundo, Distribuição por enquadramento legal, Total por Administrador do Fundo, Rentabilidade da Carteira X Meta Atuarial nos últimos 12 meses. Resultado Geral dos Juros/Deságios sendo Total Bruto de Arrecadação com juros de investimento de R\$26.773.023,90: com total Bruto de Deságio dos Investimentos de R\$590.347,99 e resultado líquido de R\$26.182.675,91. O sr Eduardo declarou ainda que embora o ano de 2016 tenha iniciado com poucas possibilidades de ser melhor que 2015, apresentou fatores que movimentaram a nação inteira no cenário político causando expectativas de novo governo. A inflação que para muitos era citada a grande vilã no governo Dilma mostrou no segundo semestre, resultados da estratégia de taxas de juros elevada para conter o consumo e o COPOM que manteve a postura equilibrada de não cortar juros da maneira que os economistas previam, perdeu força no final do exercício e fechou com 6,28% a.a. dentro da meta determinada pelo Conselho Monetário Nacional, trazendo recessão milhares de desempregos e uma forte retração do PIB. Os Estados Unidos, China e Europa também contribuíram para grandes quedas em diversas bolsas de valores no Brasil. O 4º trimestre de 2016 foi bastante volátil, especialmente no mês de novembro com os fundos de longo prazo como o IDKA-20 e o IMA-B, marcando cotas negativas apresentando um desequilíbrio na carteira em comparação com os meses anteriores, diante de um novembro ruim, sendo que o mês de dezembro foi compensador para ambos os fundos a exemplo do Fundo IDKA-20 que

rendeu 5,65% e expressivos 39,16 no ano. Em 2016 precisou realizar algumas realocações importantes para o cumprimento da Meta Atuarial tendo um desempenho de 16,56 de rentabilidade e a meta Atuarial de 12,97%. Em observância no mercado financeiro e mantendo as aplicações de acordo com a Resolução 3922 do BACEN, conseguiu atender a Política de Investimento aprovada pelo Conselho Administrativo do IMP. Sendo que as aplicações financeiras foram totalmente em renda fixa, cuja composição foi de 97,01 em Títulos Públicos do Governo Federal em fundos de investimentos considerados de baixo risco de crédito. O Comitê de Investimentos sustentou a Estratégia de diversificação nas aplicações e na escolha de melhores produtos de investimentos, com o compromisso de elevar a confiança e retorno esperado. O sr Eduardo terminou sua explanação dizendo da satisfação de buscar aquilo que o IMP vislumbra, dando seguimentos aos anseios administrativos, com a colaboração de todos os envolvidos na pretensão de buscar o melhor para a saúde financeira do IMP. O sr. Eduardo solicitou dos conselheiros presentes autorização para realocar o valor de R\$1.221.292,69, aplicado no BB Previdenciário IDKA 2 TP para o BB Previdenciário RF Perfil, valor esse referente a taxa de administração de 2%, para custeio das despesas no ano de 2017. Os conselheiros aprovaram por unanimidade tanto o Relatório do 4º trimestre da carteira de investimentos quanto a realocação de investimentos solicitado. Em seguida o sr Presidente do Conselho informou que o sr. Maurilio E. Basili, havia solicitado exoneração do cargo de Diretor Executivo do IMP, conforme ofício datado de 30/01/2017 e o convidou a se manifestar. O sr Maurilio alegou motivos particulares e o momento, levando em consideração ter cumprido dois anos na função, necessitando agora ser reconduzido ou substituído, optando pela exoneração. Pediu a compreensão de todos e agradeceu o apoio e atenção recebidos no período, pelos funcionários e conselheiros. O sr Maurilio foi parabenizado pelo excelente serviço prestado e recebeu aplausos de todos os conselheiros presentes. Em seguida o sr Presidente declarou a necessidade de apresentação de uma lista tríplice indicada pelos conselheiros presentes, a ser enviada ao sr prefeito municipal, para escolha de um nome da referida lista para ser o futuro presidente do IMP. Os nomes mais votados foram: Francisco Carlos de Oliveira; Fabiano Boaro de Sousa e Dr. Hamilton Torres, todos os três aceitaram a indicação. O sr Presidente declarou que caso o sr. Fabiano Boaro, escolhido for, sendo Diretor de Previdência do IMP, haverá um acúmulo de função mas sem percepção de vencimentos. Todos os presentes concordaram. Em seguida passou-se para a escolha do Presidente e Vice Presidentes do Conselho Administrativo, permitindo as reconduções pelo mesmo período. Como o Presidente e seu Vice, manifestaram interesse em continuarem, por unanimidade, os conselheiros aprovaram a recondução. Em seguida passou-se para assuntos diversos. Foi falado sobre os balancetes que se encontram na Câmara para análise e da necessidade de contratação de segurança do trabalho, médico do trabalho, cadastro para acompanhamento e auditor de convênio médico, criando um estrutura com relação entre prefeitura, Orçamento Financeiro, RH, Jurídico e outros, com o intuito de sanar os problemas existentes e resguardar o IMP. Nada mais havendo a tratar o sr presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, eu Sônia Maria Vital Calsone lavei a presente Ata que após lida e aprovada vai assinada por mim e demais conselheiros presentes.

01-Alcides Tiezzi: _____

02-Alexandra Santurbano Esteves: _____

03-Ana Alice de Marque: _____

04-Antonio Carlos Jardim: _____

05-Carlos Henrique da Trindade: _____

06-Cleonice Aparecida L. Callegari: _____

07-Francisco Carlos de Oliveira: _____

08-Hamilton Torres: _____

09-Helio Escudero: _____

10-Ionne Carla de Andrade Barros: _____

11-Jorge Aureliano Sanches: _____

12-Lilian do Carmo Molfi de Lima: _____

13-Luiz Roberto de Oliveira: _____

14-Marcelo Donizeti Primini: _____

15-Maria Cristina Silverio: _____

16-Mario Aparecido Gusmão: _____

17- Regina Marcia Braz Bocamino: _____

18-Simone Maria de Resende Bueno: _____

19-Velmor Baldassim: _____

20-Wanderley Aparecido Fernandes: _____

-----X-----